

Submissão de artigo
XXI ENEP

Título
Dependência e Subordinação: capital transnacional nas estruturas do Estado

Rubens R. Sawaya

Professor do Programa de Pós-graduação em Economia Política do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

Mestre em Economia e Doutor em Ciências Sociais – Política pela PUCSP

Fone: Cel 11-98791.3131 – Fixo 11-3171.2847

Email: rrsawaya@gmail.com – rsawaya@pucsp.br

Dependência e Subordinação: capital transnacional nas estruturas do Estado

Abstract

The process of internationalization of capital materializes itself in crossed Foreign Direct investments (FDI) of the corporations expanding between the core countries of the triad (US, Europe, Japan) as well as toward peripheral countries. In this context it arises in the 1970s (Poulantzas; Palloix) in central countries the discussion on the relationship between nation-state and transnational capital. What was changing? The capital has never respected borders, and the national state was, in appearance, the nation's defender. It was thought that the state would have lost power. The argument in this paper is that the State, as a condensation of bourgeoisie fractions, retains its central functions to ensure the reproduction of capitalist society, the accumulation of capital. It does not discriminate the origin of the capital and preserve and get strong in its role in each local space. The capital becomes transnational and composes the power bloc in each State.

Key-words: State, dependence, internationalization, transnational capital, accumulation of capital.

Resumo

O processo de internacionalização do capital se materializa em investimentos diretos estrangeiros (IDE) cruzados de corporações em sua expansão entre os países do centro da Triade (EUA, Europa e Japão), bem como para países de periferia. Em 1970 tem lugar nos países centrais uma reflexão (Poulantzas; Palloix) sobre a relação entre o Estado-Nação e o capital transnacional. O que mudava? O capital nunca respeitou fronteiras e os Estados Nacionais aparentemente sempre tiveram o papel de defender os interesses da nação. Essa ideia levou a se imaginar que o Estado teria perdido poder. O argumento deste artigo é que o Estado, como uma condensação de frações da burguesia, preserva seu papel central de assegurar a reprodução da sociedade capitalista, a acumulação de capital. Não parece discriminar a origem do capital. Assim preserva e fortalece seu papel em cada espaço nacional. O capital se transnacionaliza e compõe o bloco de poder em cada Estado.

Palavras-chaves: Estado, dependência, internacionalização, capital transnacional, acumulação de capital.

Introdução

Pensar as relações entre Estados subordinados (dependentes) e Estados centrais (“metrópoles”) requer um mergulho nas relações entre Estado e Capital. Como relações sociais, ambos se definem e existem apenas no seio das relações sociais. As relações sociais são, no capitalismo, fundadas em como a sociedade se organiza para sua reprodução em seu movimento histórico e sua dinâmica de criação, recriação e transformação de sua existência, sujeita às contradições que as constituem.

A ideia de subordinação ou não pressupõe como o capital relacionado a Estados disputam o espaço de acumulação global e, por meio desta relação, disputam o protagonismo ou o papel hegemônico. O exemplo central que desperta esta discussão – o papel do Estado nacional sobre o processo de acumulação de capital – é a China, mas poderia também basear-se na história do Japão, Coreia, remontando a tempos ainda mais distantes, EUA e Alemanha no século XIX. Na verdade, como demonstrado por List (1983), Chang (2003), Amsden (2004) e outros, não existe na história do capitalismo país com crescimento econômico ou ampliação de seu processo de acumulação de capital e inserção global sem uma forte participação do Estado. O Estado capitalista nunca se afastou de seu papel na acumulação mesmo nos anos recentes de neoliberalismo; é o centro das contradições que regem o capital em geral, resultado de determinadas relações sociais o constitui. Na linguagem de Poulantzas, é o espaço de condensação das relações sociais contraditórias entre as frações de classe no bloco de poder.

O objetivo deste artigo é entender, dentro da própria lógica da mundialização do capital (Chesnais, 1996), como certos Estados se tornam protagonistas no espaço mundial de acumulação; entender por que outros Estados, países, não conseguem entrar nessa disputa que caracteriza a acumulação mundial de capital, e que se estabelecem, principalmente desde o pós-guerra, como Estados mais ou menos subordinados.

Na verdade, a própria lógica de subordinação deve ser esclarecida, uma vez que Estados não estão mais exatamente, como no período imperialista da expansão do capital (século XIX), ligados a outros Estados sob a forma de colônia, apêndice político do Estado central hegemônico (Wood, 2004, p.49-60). Após o processo de internacionalização do capital via IDE (Investimento Direto estrangeiro), a subordinação relaciona-se à estruturas econômicas dependente do capital transnacional, grandes corporações que se instalam nos países subordinados, constituindo uma “hegemonia por meios econômicos” (Wood, 2004, p.51). Isso não é contraditório com os momentos nos quais os capitais transnacionais chamam o Estado à intervenção militar. Para entender essa “nova” relação de subordinação é preciso pensar a relação entre Estado e capital.

A relação de dependência e subordinação – entre Estados centrais e periféricos – no pós IIª guerra é o resultado do movimento de internacionalização do capital por meio da onda de IDEs produtivos liberados pela institucionalidade criada nos acordos de Bretton Woods e no estabelecimento do dólar como moeda internacional (ver Moffit,

1984 e Einchengreen, 2000). Esses acordos foram a resposta política à pressão do próprio capital – materializado por diversos capitais individuais (constituídos por corporações) e seus sistemas de financiamento – em busca de novos espaços de no mundo para a acumulação. Inicia-se na reconstrução europeia pela relação entre EUA e Europa, mas ganha corpo na ocupação dos espaços relevantes do mundo a partir da Triade (EUA, Europa e Japão). A forma como esses capitais são recebidos em cada local, em cada país, depende de como as frações de classe nestes locais assimila esse movimento. São as frações da burguesia local que constituem e materializam o bloco de poder condensado no Estado que determinam o grau de subordinação ou de independência de cada Estado.

Poulantzas em “As Classes Sociais no Capitalismo Hoje”, já na década de 70, analisa o processo de internacionalização do capital entre os países do centro como uma relação entre “metrópoles”, separando-os dos países periféricos. Com essa análise, esmiúça as relações entre Estados e as frações da burguesia no poder a partir da internacionalização do capital dos EUA para Europa, em paralelo com a análise sobre o movimento mundial do capital realizada por Christian Palloix (1974). Para Poulantzas, o capital transnacional na Europa não elimina ou subordina a burguesia interna do país hospedeiro, mas se alia a ela e, assim, estabelece novas relações de poder e controle dentro da estrutura do Estado.

As diferenças nas formas de assimilação do IDE estão relacionadas à estrutura dos Estados nacionais, sua institucionalidade e aparelhos de controle socialmente constituídos pelas frações da burguesia no bloco de poder. Essas estruturas e aparelhos não são estanques; se modificam com a correlação de forças das classes sociais ou das frações do capital ou da burguesia no poder. Assim, os graus diversos de subordinação ou independência dependem de como se constituem essas correlações de força em cada momento. Países diferentes com estruturas de poder organizadas de formas diversas integram com particularidades próprias o movimento de internacionalização do capital e assim definem seu lugar na acumulação mundial.

O Estado

O Estado abstraído do conjunto de relações sociais concretas não existe. Existem reis porque existem súditos e existem súditos porque existem reis, diria Marx. O Estado só existe como uma relação social concreta específica que se modifica no tempo e

espaço. "The state is not an instrumental entity existing for itself, it is not a thing, but the condensation of a balance of forces" (Poulantzas, 1976, p.98). O capital também não é coisa – embora se manifeste de diversas formas – mas é a própria relação social específica em movimento que constitui o que se denomina capitalismo, momento histórico que marca determinada forma de relação social. "Modo de produção capitalista" é um conceito que informa como determinada sociedade se organiza para a produção e reprodução de sua existência social. Economia política é o nome que se dá a essa indissociável relação entre economia, como forma de relação social, portanto política.

O Capital enquanto relação social se constitui por relações de poder que se materializam no controle sobre os meios de produção, sobre o trabalho alheio, sobre o trabalho excedente e, com a concentração e centralização de capital – resultados históricos da acumulação em escala ampliada que o mantém em constante expansão e contração – sobre o espaço geográfico, sobre países (Sawaya, 2006). A força de trabalho é subalterna e o controle sobre ela é ofuscado pela lei do valor (as mercadorias, inclusive a força de trabalho, valem seu trabalho social), ofuscamento que garante a extração de mais valia. O aparato de Estado, seus aparelhos, a burocracia, as instituições, fornecem o véu para que a extração de valor e a acumulação de capital ocorram sem violência explícita, na medida em que o Estado e seus aparelhos centralizam a violência e são portadores (bem como difusores) dos aparatos ideológicos que conformam a estrutura social. "A ideologia dominante que o Estado reproduz e inculca tem por função... constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal" (Poulantzas, 1985, p.179). A ideologia é o que ordena as "decisões isoladas em um contexto de vida geral dos seres humanos e esforça-se" para manter os indivíduos atrelados aos interesses coletivos da sociedade (Lukacs, 2010, p.47), no caso pode-se dizer do capital em geral. O Estado torna-se assim o representante do capital em geral, lugar de condensação de forças sociais constituídas em frações de classe que compõem a estrutura do Estado e o bloco de poder. O Estado "não é pura e simplesmente uma relação, ou uma condensação de uma relação; é uma condensação específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe" (Poulantzas, 1985, p. 148).

A separação jurídica das classes sociais em indivíduos por hipótese iguais dá ao Estado uma aparência de autonomia, como um terceiro que zela por indivíduos (ver Saes, 1997). Dessa forma, pela fragmentação (isolando indivíduos), garante os

mecanismos de controle do capital em geral sobre a sociedade, diminui o poder das frações de classe, principalmente dos trabalhadores. E, como representante do capital em geral, é o espaço da conexão entre capitais individuais e entre estes e o trabalho, ligados materialmente pela lógica da acumulação. A aparente dissolução das classes sociais em indivíduos, capitais individuais (empresas, corporações) e trabalhadores, fornece ao Estado a aparência de representante geral de indivíduos e não o que realmente é: uma condensação das frações de classe sociais em conflito dinâmico que estrutura e reestrutura o bloco de poder. A individualização garante que o Estado apareça como representante dos interesses coletivos, com se fossem democraticamente definidos. A democracia formal é a base constitutiva dessa aparência. Não se deve esquecer que essa individualização, como mecanismo de controle, também está na origem do Estado totalitário (Arent, 2004, p.527). O Estado tem o papel de lidar com o interesse genérico e não particular. Existe uma “luta entre o interesse geral e o interesse particular” (Marx, 2000, p.24).

[A] Ideologia de individualização... não tem por finalidade apenas mascarar e ocultar as relações de classe (o Estado capitalista jamais se apresenta como um Estado de classe), mas também a de contribuir ativamente para as divisões e o isolamento (individualização) das massas populares”. “A individualização e a privatização do corpo social residem nas práticas e técnicas de exercício do poder de um Estado, que num mesmo movimento totaliza essas mônadas divididas e incorpora em sua ossatura institucional a unidade”. “... o individual-privado não é um limite e sim um canal de poder do Estado moderno... o limite depende da força entre as classes sociais que o Estado condensa em seu interior (Poulantzas, 1985, p.73, 80 e 82).

O Estado só está separado da lógica do capital em geral em sua aparência. É necessária essa aparência para que os mecanismos de controle, postos pelo capital em geral, sejam eficientes. É necessária a impessoalidade do Estado que aparece como “um outro” em abstrato, como o substituto impessoal, como se materializasse a mão invisível de Adam Smith. Por isso, por em sua aparência imediata não ser controlado por ninguém, ou ser controlado de forma impessoal por uma burocracia tida como técnica, independente e superior aos reais conflitos sociais, ganha respeitabilidade e confiança como organizador do sistema, como “Estado sujeito” (Poulantzas, 1985, p.150) weberiano. Essa aparência é necessária para a separação dos capitais em particular, ou de frações do capital. A burocracia estatal, como categoria social e não como classe social, is “defined by its relation to the state apparatuses” com o papel de elaboração e realização de determinada ideologia (Poulantzas, 1976, p.26).

Ao, dessa forma, estrategicamente separar a política (indivíduos) do econômico (corporações, capitais individuais), desloca o lugar do conflito social entre capital e trabalho e transforma a luta econômica (extração de valor pelos capitais individuais) em luta política, centrada no Estado (Wood, 2003, p.48). Na verdade a separação é útil ao transferir o conflito que constitui a sociedade capitalista (capital individual e trabalho e as frações do capital em disputa pelo excedente) para um “terceiro”, um externo.

O Estado assim, como condensação de relações sociais em conflito, torna-se o mecanismo totalizador que organiza a sociedade, o movimento do capital em geral num contraditório em relação aos interesses particulares.

O Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital, e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma precondição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmos e nas interações das unidades particulares de produção entre si.... (Mészáros, 2002, p.108).

Essa “ordem sociometabólica” caracteriza-se como

... uma estrutura totalizadora de controle à qual tudo mais, inclusive o seres humanos, deve se ajustar, e assim comprovar sua viabilidade econômica, ou perecer... [que]... sobrepõe tudo ao seu critério de viabilidade, desde as menores unidades... até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações sociais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos... monopólios industriais. (Mészáros, 2002, p.107)

Este é o “sistema do capital”, do capital em geral, no qual o Estado é peça central em seu funcionamento, ao mesmo tempo em que surge e se estrutura dessa ordem social que constitui o capital em geral em oposição aos indivíduos isolados sejam capitais individuais ou trabalhadores. “As determinações materiais diretas da ordem reprodutiva do capital são totalmente complementadas pela abrangente estrutura política de comando das formações estatais do capital...” (Mészáros, 2015, p.87). “The principal role of the state apparatuses is to maintain the unity and cohesion of a social formation by concentrating and sanctioning class domination, and in this way reproducing social relations, i.e. class relations.... The apparatuses are never anything other than the materialization and condensation of class relations...” (Poulantzas, 1976, p. 24-5).

Nesse sentido, as concepções de Estado de Poulantzas e de Mészáros são até certo ponto complementares. O Estado aparece como um terceiro, mas que só tem sua existência real concreta em relação ao capital em geral, como relação social capitalista, fundando na disputa entre as frações de classe pelo espaço no poder. O Estado não é um

representante dos capitais particulares individuais, nem dos trabalhadores, mas do capital em geral que tem sua existência determinada, de um lado pela existência de capitais individuais e de outro, trabalhadores que vendem sua força de trabalho. O Estado não é o capital, não é o representante de capitais individuais ou de frações do capital. O Estado capitalista deve sua existência e formato às relações contraditórias, anárquicas e conflituosas da lógica do processo de acumulação de capital. Assim, não pode perder sua autonomia relativa e simplesmente se tornar um instrumento de uma classe social ou de frações da burguesia sob o risco de pôr em questão o próprio sistema sociometabólico, ou, na linguagem de Poulantzas, a “reproduction of capital as a social relation” (Poulantzas, 1976, p.100).

Essa autonomia não é... uma autonomia do Estado frente às frações do bloco no poder, não advém da capacidade do Estado de se manter exterior a elas, mas é resultante do que se passa dentro do Estado. Essa autonomia se manifesta concretamente pelas diversas medidas contraditórias que cada uma dessas classes e frações, pela estratégia específica de sua presença no Estado e pelo jogo de contradições que resulta disso, conseguem introduzir na política estatal.... (Poulantzas, 1985, p.155-6)

O poder do Estado deriva de sua existência estar conectada ao capital em geral, como relação social, e por conter em seu interior os conflitos inerentes entre o capital individual, as frações do capital ou da burguesia, e a classe de trabalhadores. Este é o eixo de sua autonomia relativa. Essa autonomia é central na construção política e ideológica, serve como garantia real dos mecanismos de controle para extração eficiente da mais valia de um lado, para a garantia da reprodução da força de trabalho bem como de sua disponibilidade, de outro (Poulantzas, 1985, p.203). O Estado também tem o papel de garantir a recolocação incessante da mais valia extraída pelo próprio capital no processo de acumulação, sua contínua expansão. Este propósito é realizado pela escolha de políticas econômicas (fiscais, monetárias, cambiais), por investimentos públicos, sociais, desenvolvimento tecnológico, pelo controle sobre o espaço geográfico da acumulação, enfim, pela estratégia de desenvolvimento (Poulantzas, 1985, p.204).

Apesar de o Estado ter sua existência fundada em sua relação com o capital em geral, as relações de conflito entre as frações da burguesia que borbulham no seio das relações sociais concretas fazem com que se constituam blocos de poder, forma concreta do exercício do poder no Estado. O Estado aglutina frações do capital individual ou frações da burguesia que, sem nunca eliminar por completo a lógica de autonomia relativa do Estado (por ser dinâmica e interna ao estado), ocupam os

aparelhos e as instituições por meio da criação e recriação da burocracia, determinando a direção e o funcionamento do Estado em seus diversos papéis.

O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e as classes dominadas, ao impor muitas vezes às classes dominantes certos sacrifícios materiais no curto prazo com o fim de permitir a sua reprodução à longo prazo (Poulantzas, 1985, p.161), sem abandonar as relações sociais que constituem o Estado, ao contrário, como espaço de manifestação dos conflitos e das disputas que constituem a própria sociedade capitalista. Conflitos entre frações do capital, frações da burguesia, entre as classes sociais são levados ao interior do Estado. Materializam-se em disputas de poder que dão forma ao Estado. Invadem seus aparatos, suas estruturas e suas instituições, constituindo blocos de poder no comando dos aparelhos que proporcionam poder real, nunca estaques, sempre em disputa. Os blocos no poder são frações sociais que controlam, mesmo que de forma frágil e temporária, os aparelhos de Estado, exercendo diferentes níveis de controle sobre a ossatura do Estado.

On a terrain of political domination occupied by several classes and class fractions and divided by internal contradictions, the capitalist state, while predominantly representing the interests of the hegemonic class or fraction (itself variable), enjoys a relative autonomy with respect to that class and fraction as well as to the other classes and fractions of the power bloc. One reason for this is that its task is to ensure the general political interest of the power bloc as a whole, organizing the 'unstable equilibrium of compromise' (Gramsci) among its components under the leadership of the hegemonic class or fraction; the other reason is that it organizes this hegemony with respect to the social formation as a whole, thus also with respect to the dominated classes, according to the specific forms that their struggles assume under capitalism. (Poulantzas, 1976, p. 97)

O bloco no poder é o resultado da condensação de forças burguesas ou de frações do capital que possuem poder real a partir de sua organização em detrimento da classe de trabalhadores normalmente dissolvidos como indivíduos. O bloco no poder é “a expressão de uma configuração histórica das relações entre as classes dominantes” (Pinto & Balanco, 2014) que interpenetram os aparelhos de controle do Estado. Trata-se de “uma unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classe, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes” (Pinto & Balanco, 2014) e que exercem o poder real. Assim, o Estado possui especificidade em sua constituição porque é formado por frações ou classes a partir das lutas sociais concretas que constituem o bloco de poder. Por isso, como Estado capitalista, representa o capital em geral e, em última análise, os interesses nacionais ou internacionais das frações

burguesas que se estruturam dentro do Estado como forças institucionais e burocráticas que se apropriam, mesmo que temporariamente dos aparelhos que lhes confere poder real.

A burocracia ocupa os aparelhos de Estado e instituições. Constituem os braços de ação do Estado com o papel, aparentemente técnico, mas realmente fundada em determinada ideologia a partir do movimento dinâmico do bloco no poder que estrutura o Estado em determinado momento. É o seu braço técnico fundado em um conhecimento científico aparentemente neutro, mas que na verdade, reproduz a ideologia dominante. A aparência de neutralidade é fundamental para sua ação. É normalmente formada por técnicos de alto nível acadêmico, de modo que sua ideologia interna aparece sob uma roupagem técnica que lhe dá o caráter de impessoalidade, como se não representasse interesse de frações de classe específicas que constituem o bloco no poder. A ideologia assume assim uma aparência de técnica. Como aponta Coutinho,

A burocratização, assim, aparece como um momento da alienação, na medida em que fetichiza determinados elementos da ação humana, transformando-os em ‘regras’ formais pseudo objetivas. ... A práxis aparece agora como uma mera atividade técnica de manipulação; a objetividade se fragmenta numa coleção de dados a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam... uma ‘miséria da razão’ (Coutinho, 2010, p.41-43).

Nesses termos, embora apareça como tal, a burocracia nunca é algo superior à base ideológica que constitui a própria técnica. “O pensamento ideológico arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiologicamente, tudo mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe... na realidade” (Arent, 2004, p.523). Assim, o real controle está relacionado a algo que está acima da burocracia, que está enraizado em sua formação (escolas de pensamento). Portanto, não é a burocracia “bem treinada” e aparentemente isenta de ideologia que, dentro do Estado, permite seu funcionamento para a própria acumulação; ao contrário, é uma burocracia engajada em uma determinada ideologia que se materializa em um determinado aparato “técnico”.

Se essa burocracia é a base para organização do capitalismo a partir de uma ordem técnica, superior à sociedade, essa capacidade de organizar o processo de acumulação de capital em geral depende de como foi constituída essa burocracia como resultado das forças sociais e ideológicas que a formam no âmbito da luta de classes ou de frações do capital e que constituem o bloco no poder. O neoliberalismo que adentra

os aparelhos de Estado demonstra a constituição de um tipo de burocracia representativa do capital em geral fundada em uma ideologia liberal a partir de interesses do bloco no poder, permeada por microinteresses de frações específicas das classes dominantes, mas com aparência de “técnica”. A ideologia neoliberal que constitui o bloco no poder dos Estados nacionais parece ser o coroamento do que Coutinho chama de

... vulgar apologética burguesa [que] nega o caráter contraditório da objetividade econômica do capitalismo ... afirmando sua homogeneidade, sua tendência ao equilíbrio e ao progresso linear. Com a acentuação das contradições capitalistas, essa segunda tendência orienta-se para o agnosticismo, refugiando-se num formalismo vazio e convertendo-se em positivismo, ou seja, passa a estabelecer ‘limites’ à compreensão racional da realidade [pela própria burocracia]. (Coutinho, 2010, p.45).

Parece que Mezsáros tem razão em apontar como a ideologia do capital penetra nas instituições e aparelhos de Estado, principalmente nas universidades, gerando uma ideologia específica. Essa ideologia não afasta o Estado da economia, mas fortalece sua atuação para determinado fim (por exemplo, para o neoliberalismo). Assim, não se vê na história neoliberal menos Estado, ao contrário. O neoliberalismo é o controle dos aparelhos de Estado com poder real pelo bloco no poder que estrutura uma burocracia técnica para atuar com um determinado fim. Parafraseando Francisco de Oliveira¹ não teria sido possível o neoliberalismo sem um poderoso e forte Estado por trás.

O neoliberalismo é o resultado de como as lutas sociais dentro da lógica do processo de acumulação de capital constituem o bloco de poder que dão forma ao Estado. Neoliberalismo ou desenvolvimentismo, ambos são respostas constituídas no âmbito das lutas entre frações de classe no controle do Estado.

O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como resultante das contradições das classes inseridas na própria estrutura do Estado... o Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício do poder, mas que não possui poder próprio. (Poulantzas, 1985, p.152-162).

Diante do processo mundial de acumulação de capital materializado em corporações transnacionais que localizam suas estruturas produtivas em diversos países, cada Estado recebe este capital de diferentes formas a depender da composição interna de forças, da forma como suas burguesias se relacionam com o capital transnacional e como este compõe o bloco no poder. O resultado desse processo define quais nações participam da mundialização do capital de forma a preservar certo controle, mais ou menos subordinado. Não se trata de uma subordinação a Estados centrais específicos

¹ Entrevista ao Jornal Valor Econômico, caderno especial 07/08/2015.

externos de um país hegemônico como no tradicional imperialismo, mas da subordinação das burguesias nacionais diretamente ao capital transnacional por dentro das relações de força que constituem o próprio Estado, o bloco no poder.

Com a mundialização do capital, cada Estado realiza seu papel fundamental dentro de seu espaço de ação “A forma política da globalização é... não um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados” (Wood, 2014, p.27-8). E o capital transnacional precisa adentrar este aparato de poder local para que sua reprodução ampliada nesse novo espaço – extração de valor excedente, bem como sua reaplicação produtiva – ocorra sob uma aparente “democracia” entre indivíduos presumidamente iguais. “... o Estado continua sendo um ponto vital de concentração de poder capitalista, até mesmo, ou especialmente, no capitalismo global de hoje, e o império do capital depende de um sistema de estados múltiplos” (Wood, 2014, p.24).

O que se deseja aqui apontar é que, como demonstra Wood, a forma de controle não é mais militar ou de Estado contra Estado como era característico do imperialismo colonial. Como destaca Poulantzas, a forma de controle ocorre por dentro dos aparelhos de Estado, do Estado local, com o capital transnacional que se alia ou coopta a burguesia interna e compradora ou o capital nacional. Wood denomina essa forma de controle de “império do capital”; Poulantzas nos fornece a dica de como esse “império” funciona.

Estado frente à Internacionalização/mundialização

A partir do processo de internacionalização do capital que toma lugar no pós IIª guerra mundial surge o debate sobre o fim dos Estados nacionais, a criação de um Estado supranacional (Wood, 2004, p.54), bem como, diante das funções tradicionais do Estado ainda dentro de um conceito weberiano, a necessidade de existência de um país hegemônico para cumprir a função de Estado regulador do sistema global (teorias do sistema mundo ou mesmo alguns regulacionistas franceses).

Antes do período de guerras, o processo de expansão do capital podia claramente ser definido como imperialismo que Wood (2014, p.24) chama de “formas antigas de imperialismo”, dado que se caracterizava por uma relação simbiótica clara entre capital e seu Estado de origem com poder e controle sobre outros Estados/países. Por meio do poder de Estado e suas políticas, o capital ocupava os mercados estrangeiros. Essa forma imperialista ainda tinha características de colonialismo.

A partir da IIª guerra, com a Europa destruída e os EUA fortalecidos economicamente, o mecanismo de expansão do capital se modifica. O novo arranjo institucional criado em Breton Woods abre espaço para a expansão do capital, interesse das grandes corporações, primeiro Norte-americanas (reconstrução europeia), depois europeias e japonesas, que se espalham com IDE pelos espaços relevantes do mundo.

Nas décadas de 1960 e 1970, Palloix e Poulantzas passaram a se preocupar com esse novo cenário de expansão do capital. Ambos perceberam que se tratava de um movimento de capitais individuais invadindo outros Estados e não de um Estado invadindo outro. Estavam preocupados com o impacto do IDE Norte-americano sobre a economia europeia. Analisam o fenômeno ainda como ‘imperialismo’, embora vissem o movimento como algo entre metrópoles, ou países centrais, sem necessariamente características de subordinação imperial entre os Estados.

O processo de internacionalização do capital a partir da IIª guerra é um movimento de capitais individuais constituídos como corporações, apoiadas por seus Estados de origem. Era ainda possível confundir com o imperialismo clássico, uma vez que cada capital individual estava vinculado a um país onde localizava sua estrutura administrativa e de controle. Mas, neste novo momento, a internacionalização do capital não é mais conduzida pelo Estado como antes dada a nova institucionalidade criada em Bretton Woods, mas pelo capital que realiza IDE cruzado entre Estados metropolitanos, bem como na periferia, principalmente na América Latina. O capital, como relação social, continua simbioticamente ligado a Estados que garantem sua existência e sua expansão enquanto capital, mas não são os Estados que se internacionalizam e sim o capital, materialmente por IDE de capitais individuais. Inicialmente, em sua aparência, atuam como firmas, mas, como resultado dos processos de concentração e centralização característicos da acumulação, atuam na verdade como corporações.

As corporações se constituem como rede de contratos estabelecidos (Williamson, 1985) entre várias firmas em ramos ou setores, em cadeias de valor, envolvendo produção e circulação de mercadorias e serviços, que a partir da internacionalização, espalham suas estruturas produtivas, comerciais e de serviços por diversos países. “Corporation is no more than a web of contracts and other legal documents that tie together various parties to a specific company. In broader legal terms, a corporation (as distinct from a sole proprietorship or a partnership) is a freestanding entity separate from its owners...” (Cohen, 2007, p. 28). Tratam-se de formas oligopolistas nas quais o nó de controle, a depender do setor da economia, encontra-se em alguma parte da cadeia

de valor (por exemplo, no setor de confecção o nó está no comércio; no setor automobilístico está na montagem). Palloix já ressaltava que se trata da “internacionalização do ciclo do capital social, do(s) ramo(s) no qual a firma multinacional é apenas uma fração individual (dominante ou não)” (Palloix, 1974, p.16), pode-se dizer, a internacionalização de setores ou ramos em que as firmas em rede estão integradas globalmente. Não se trata de firmas que se instalam em outros países sob a aparência de novas empresas ‘locais’ e ‘independentes’ como imagina a economia *mainstream*. A internacionalização do capital deve ser concebida como um processo de acumulação em escala internacional e como interpenetração entre capitais estrangeiros e nacionais (Palloix, 1974, p.23). Afinal – hoje torna-se ainda mais claro – são cadeias de valor que se internacionalizam e se espalham por espaços relevantes, ao ponto no qual

the origin of individual products may be very difficult to ascertain ... many labels are geographically misleading ... particularly in the case of products consisting of a large number of individual components, each of which may have been made in different countries (Dicken, 1992, p.4).

A partir desse processo, o conceito de subordinação não pode mais ser entendido sob a forma de um Estado em relação a outro, politicamente ou até militarmente, forma que dava lógica ao imperialismo clássico. Não que o controle de um Estado sobre outro tenha sido extinto, mas a subordinação está ligada à condensação de forças entre as corporações transnacionais (ETs) e a burguesia local em cada país que se estabelecem e penetram o Estado; as ETs participam diretamente das relações internas de poder e controle. Sua relação com Estados locais passa por outros mecanismos de controle e poder que não precisam mais estar amparados nos Estados de origem. Isso não significa que os Estados de origem perdem sua relação com este capital transnacional. No limite, estão prontos para agir diante de situações específicas demandadas pelo capital transnacional. Essa fração do capital opera como uma fração de classe. O capital internacionalizado integra-se a diferentes Estados em que se localiza e compõe o bloco de poder local.

A internacionalização do capital, portanto, não enfraquece os Estados nacionais. Estes, como condensação das relações de força, representam em seu interior os interesses conflituosos das frações do capital como sempre o fizeram. O Estado é o espaço dos novos conflitos de classe que se estabelecem; cumpre seu papel tradicional. Não importa qual é a nacionalidade do capital instalado dentro de sua fronteira. Como aponta Poulantzas,

The current internationalization of capital neither suppresses nor by-passes the nation states, either in the direction of a peaceful integration of capitals 'above' the state level (since every process of internationalization is effected under the dominance of the capital of a definite country), or in the direction of their extinction. ...These states themselves take charge of the interest of the dominant imperialist capital in its development within the 'national' social formation, i.e. in its complex relation of internalization to the domestic bourgeoisie that it dominates.... This system of interconnections does not encourage the constitution of effective supranational or super-state institutional forms of agencies. (Poulantzas, 1976, p.73)

Isso significa dizer que não há qualquer supressão do poder dos Estados nacionais pelo movimento de internacionalização. Tampouco significa antagonismos entre as burguesias dos diferentes países dado que até dividem o controle sobre o capital transnacional via fusões, *joint-ventures*, ou formas contratuais de outsourcing (fornecimento). Segundo Poulantzas, analisando a França, ocorre uma aliança entre frações das burguesias. Os Estados também não modificam as relações que os constituem como Estado capitalista no processo de acumulação de capital. Também não parece colocar em xeque – mais do que normalmente é colocado no calor do conflito de classes – as funções legitimadoras do poder via políticas sociais e de regulação do conflito social entre capital e trabalho, frações do capital ou da burguesia. Os Estados continuam a organizar o processo de acumulação de capital em geral dentro de suas fronteiras qualquer que seja a origem do capital. O capital continua necessitando integrar o bloco de poder para garantir sua acumulação bem como sua de expansão, inclusive internacional.

The national state thus intervenes, in its role as organizer of hegemony, in a domestic field already structured by inter-imperialist contradictions, and in which contradictions between the dominant fractions within its social formation are already internationalized. (Poulantzas, 1976, p.74-5)

Assim, para Poulantzas o processo não coloca os Estados nacionais em conflito, nem tampouco suas burguesias. O conflito integra o Estado a partir da nova configuração de frações do capital ou da burguesia interna, externa ou compradora constituindo o bloco no poder.

...this power bloc can scarcely be located any more on a purely national level; the imperialist states take charge not only of the interests of their domestic bourgeoisies, but just as much of the interests of the dominant imperialist capital and those of the other imperialist capitals, as these are articulated within the process of internationalization. (Poulantzas, 1976, p.75)

Portanto, não existe concorrência entre Estados no sentido imperialista, militar, em que cada Estado está conectado ao seu capital nacional, próprio. Cada capital individual perde sua nacionalidade, o Estado não. Os interesses do capital transnacional

assim como de outros capitais individuais compõem o bloco no poder e dão forma às políticas que garantem sua reprodução sociometabólica. Existe uma concorrência entre capitais individuais pelos espaços relevantes no mundo, mas não exatamente entre Estados nacionais, embora estes, por sua constituição, a depender de como se estrutura a relação de forças no bloco de poder, venham a apoiar a expansão do capital. É por essa razão, pelo fato de o capital transnacional integrar o bloco de poder nos Estados que estes atuam em conjunto em termos mundiais, como, por exemplo, ocorre com EUA e Europa que defendem interesses de capitais individuais instalados em suas fronteiras, independente de sua origem. A internacionalização é do capital e não do Estado. As frações da burguesia capitalista, como agentes do capital interpenetram os diferentes Estados onde constroem alianças com as frações da burguesia capitalista local. “The major national monopolies have certain common interests with foreign capital, and both 'resistance' and 'competition' have lost their 'national' character” (Poulantzas, 1976, p.77, citando Philippe Herzog).

Portanto, nacionalismo nada tem a ver com acumulação de capital. A confusão está em se ter imaginado que o Estado não estava ligado à lógica do capital à lógica do capital em geral, que era um ente independente ou tinha sua função baseada em interesses nacionais metafísicos, e não em interesses ligados à lógica sociometabólica que constitui o capitalismo, formados nas relações sociais concretas que estruturam o próprio Estado. A partir do processo de internacionalização e de como este se estrutura no bloco de poder, as políticas econômicas fiscal e monetária, as ações para barateamento da força de trabalho, a mediação de conflitos, e mesmo os incentivos à própria internacionalização, não são movimentos contraditórios com o capital nacional ou estrangeiro, agora amarrados internamente pelas próprias relações de produção, isso quando não totalmente associados.

Além disso, as ETs desterritorializaram seus escritórios de comando, suas sedes administrativas, centros de produção e de desenvolvimento de tecnologia em diversos países, embora com certa tendência à aglomeração em países metrópole ou centrais (ver CARROLL, 2010). Grandes ETs Norte-americanas instalaram-se na Europa e vice-versa. Os capitais individuais tornaram-se transnacionais. Utilizaram de seus Estados nacionais para tal, mas, ao localizar-se em outro espaço, necessitam do apoio deste outro Estado e não mais importa tanto seu Estado de origem. Para isso, necessitam integrar o bloco de poder nesse novo Estado. Os Estados continuam centrais.

... pronounced tendency towards the combination, in the form of a single economic ownership, of capital coming from several different countries. The 'origin' of this capital is not a question of its nationality (for capital is not a thing), but rather of the place where the original and/or dominant social relations which compose the capital are constructed. In point of fact, capital that does not have a dominant base, in terms of social relations, in a definite country, is a very rare exception. (Poulantzas, 1976, p.60)

É neste contexto que os Estados ao invés de se enfraquecerem se fortalecem em cada espaço de acumulação, principalmente, como mostra a história, quando seu objetivo é garantir as políticas neoliberais (abertura comercial e financeira, flexibilização do mercado de trabalho etc.). O capital transnacional, portanto, precisa penetrar a formação social, as frações da burguesia que constituem o bloco de poder local. Os Estados continuam a cumprir seu papel tradicional: regular o organizar o espaço de acumulação para o capital em geral, qualquer que seja sua origem. O capital não é mais nacional. O Estado em cada local, como condensação de forças, é indispensável para tal movimento. O sistema de poder e controle via suas instituições e aparelhos são centrais. A burocracia é central. Isso talvez demonstre que o que estava fora do lugar na lógica do processo de acumulação mundial era o termo nacionalismo e não o papel do Estado.

... a globalização não é uma economia mundial verdadeiramente integrada, ela também não é um sistema de Estados-nação em declínio. Pelo contrário, o Estado está no coração do sistema global, ele continua a desempenhar seu papel essencial na criação e manutenção das condições de acumulação de capital... como garantidor administrativo e coercitivo da ordem social, relações de propriedade, estabilidade ou previsibilidade contratual, ... das condições básicas exigidas pelo capital em sua vida diária. (Wood, 2014, p.106).

Por isso o Capital em seu processo de expansão não pode destruir e não deseja destruir ou enfraquecer os Estados. O Estado continua como o centro do conflito, da organização do processo de acumulação do capital em geral. O que se modifica é a forma como se dá a condensação de forças dentro do Estado.

Subordinação

Se o Estado é constituído como relação social e sua estrutura está conectada a como se organizam as frações da burguesia, sua subordinação ou independência estão relacionadas a como se constitui o bloco no poder, como se organizam os conflitos entre as frações de classe que formam o bloco no poder. Como antes apontado os aparelhos de Estado e sua burocracia são o resultado dessa condensação de forças. Quando o

capital transnacional ocupa as formações sociais e adentra as estruturas de poder, alia-se ou une-se à burguesia interna constituindo uma nova correlação de forças que estrutura o Estado.

Dessa forma, a partir da internacionalização do capital, os Estados tornam-se subordinados ou não segundo a correlação de forças que se forma nas frações da burguesia ou nas frações do capital que fornecem a estrutura do Estado. A discussão acerca da forma de participação no poder global depende dos graus de controle social sobre o processo de acumulação que refletem sobre o Estado. Assim, depende de como ocorre a aliança entre a burguesia nacional e o capital transnacional. Essa aliança pode ser uma associação entre iguais como Poulantzas descreve entre países metropolitanos ou centrais, ou pode ser subordinada, o que ele mesmo demonstra no que denomina “formações dependentes”.

A social formation is dominated and dependent when the articulation of its specific economic, political and ideological structure expresses constitutive and asymmetrical relationships with one or more other social formations which enjoy a position of power over it. The organization of class relationships and state apparatuses within the dominated and dependent formation reproduces within it the structure of the relation of domination, and thus expresses in a specific manner the forms of domination that characterize the class or classes in power in the dominant social formation(s). (Poulantzas, 1976, p.43)

O poder das grandes corporações adentra os Estados à medida que materializa sua presença na composição no bloco de poder. Depende das relações estabelecidas entre a burguesia local e o capital transnacional. A burguesia ou o capital “...cannot be understood simply as an 'indigenous' capital radically distinct from 'foreign' imperialist capital, and uniquely by reference to the economic contradictions that divide the one from the other” (Poulantzas, 1976, p.70). Na relação subordinada a burguesia interna pode, em diferentes graus, tornar-se quase representante do capital transnacional na formação social que recebe o IDE; não existe uma distinção clara entre burguesia interna e “burguesia compradora”, esta última definida como

that fraction of the bourgeoisie which does not have its own base for capital accumulation, which acts in some way or other as a simple intermediary of foreign imperialist capital (which is why it is often taken to include the 'bureaucratic bourgeoisie'), and which is thus triply subordinated – economically, politically and ideologically – to foreign capital. (Poulantzas, 1976, p.71)

Conforme aponta Amsden (2004, p.46-7), olhando para a diferença nas estratégias de desenvolvimento capitalista em diferentes países, há uma clara separação entre os países que integraram a internacionalização do capital com estratégias

nacionais (tipo Japão – que se industrializa inteiramente com capital nacional dominado por uma burguesia interna que constitui o Estado), ou pela estruturação de uma “aliança estratégica” de associação ao capital transnacional sob o controle da burguesia interna (caso da China). Amsden distingue essa lógica daquela de outros países que optaram por “comprar” o capital transnacional, abrindo-lhe espaço, constituindo uma de aliança subordinada entre a burguesia interna e as corporações transnacionais. A subordinação ou dependência é o resultado da dissolução da autonomia política e ideológica dessa burguesia em face ao capital transnacional. A burguesia interna existe e tem poder, constitui o bloco no poder que integra o Estado, por isso a subordinação aparece como sendo do Estado e não da formação social que o constitui.

No caso da relação entre metrópoles analisados por Poulantzas, a burguesia interna não se subordina, mas se alia, dado que “the internal bourgeoisie maintains its own economic foundation and base of capital accumulation both within its own social formation, and abroad” (Poulantzas, 1976, p.72). Portanto, não há necessariamente uma relação de subordinação da burguesia interna ao capital transnacional quando este invade o espaço de acumulação nacional. Isso explica um Estado nacional trabalhar em favor de uma corporação estrangeira instalada em seu território ou em processo de internacionalização para outra região, ou Estados diferentes se unirem para isso.

Em países periféricos, a relação de subordinação é mais profunda dada a forma como a burguesia interna se relaciona com capital transnacional em termos concretos econômicos (controle por subcontratação e outras formas de alianças), políticos e ideológicos. O Estado nacional dessas economias periféricas apenas reflete as relações de classe que se impõem dentro de seus aparelhos diante dessa realidade. O Estado sempre reflete em cada local a condensação da relação de forças sociais decorrente dessa estrutura econômica, política e ideológica.

Pode-se dizer que existe uma solidariedade de classe entre a burguesia interior e as corporações transnacionais em sociedades periféricas subordinadas. Na lógica da reprodução do capital em geral, quanto mais centralizado este se torna, mais essas frações da burguesia interna se amarram contratualmente ao capital transnacional que, centralizado em monopólios e oligopólios, se coloca no nó do controle das cadeias de valor, sustentando seu poder central na economia por relações técnicas, particulares de cada setor econômico.

The decisive criterion by which of the capitalist system societies are classified as ‘central’ or ‘peripheral’ is the character of their State. The central capitalist societies are

characterized by the crystallization of a central bourgeois state whose main role (besides simply maintaining the dominion of capital) is to monitor the conditions of accumulation through the national control it exerts on the reproduction of the labor force, the market, the centralization of surplus, natural resources and technology. The state here meets the conditions that permit a 'self-centered' accumulation, that is, by subjecting external relations (more often than not, aggressively) to the logic of accumulation. By contrast, the peripheral state (like any other state that fulfills the function of maintaining the internal domination of class) does not control local accumulation. So it becomes – objectively – the instrument of 'adjustment' of the local society to the demands of global accumulation, for which changes of direction are determined by changes occurring at the center. (Amin, 1990, Chapter 6).

Conclusão – Estados e poder mundial

A mundialização, embora na tradicional teoria do imperialismo tenha a forma de algo entre Estados, é um fenômeno do Capital que em seu processo ampliado de acumulação que não respeita os espaços geográficos. Esse movimento do capital materializa-se em IDEs das grandes corporações que se espalham em redes de contratos pelos espaços relevantes do mundo como resultado de sua contínua necessidade de reaplicar a massa de mais valia acumulada em novos processos de valorização. Assim, as corporações, relações contratuais e não necessariamente de propriedade, distribuem, nesse processo de internacionalização, sua cadeia de valor e controle em diversos espaços, países e, portanto, Estados diferentes, segundo sua estratégia de acumulação.

Dessa forma, pode-se dizer que o capital é transnacional, o Estado não é. O ponto que se buscou demonstrar é que o grau de autonomia ou subordinação que aparece como 'do Estado' decorre de como se configura a condensação de forças entre as frações de classe e frações do capital dentro de cada Estado. Portanto, seu grau de autonomia depende da constituição do bloco de poder como resultado da estrutura de poder de classe. Assim, a independência que constitui e caracteriza os Estados com poder global está ligada à como a burguesia interna assimila ou participa da relação com o capital transnacional e como constitui o bloco no poder dentro do Estado. Esse fato determinará quais Estados aparecerão como players no sistema que constitui o mundo hoje e quais apareceram como subordinados. Em diferentes graus que deveriam ser analisados caso a caso, há burguesias internas estruturalmente mais subordinadas (Brasil, Argentina e México), há burguesias internas que sequer se associam (Japão e talvez Alemanha), bem como há aquelas que se associam de forma não subordinada (países asiáticos, China e alguns países centrais).

É importante ainda destacar que as políticas neoliberais são o resultado de modificações internas nas estruturas de poder que constituem os Estados e que se enraizaram em seus aparelhos e seus braços burocráticos.

Bibliografia

AMIN, Samir. *Maldevelopment: Anatomy of a global failure*, Tokyo-London and New Jersey, United Nations University Press, Zed Books Ltd., New Jersey, 1990.

AMSDEN, Alice. *A Ascensão do “Resto”: desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*, São Paulo, Unesp, 2004.

ARENT, Hanna. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

CARROLL, W.K. *The Making of a Transnational Capitalist Class: corporate power in the 21st century*. ZLondo-New York, Zed Books, 2010.

CHANG, Haa-Jon, *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo, Unesp, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*, São Paulo, Xamã, 1996.

COHEN, E.D. *Multinational Corporations and Foreign Direct Investment: avoiding simplicity, embracing complexity*. New York, Oxford, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, São Paulo, Expressão Popular, 2010.

DICKEN, Peter. *Global Shift: the internationalization of economic activity*. London, Paul Chapman Publishing, 1992.

EICHENGREEN, Berry. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo, Editora 34, 2000.

LIST, G.F. *Sistema Nacional e Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

LUKACS, Gyorgy. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, K. *A Questão Judaica*, São Paulo, Centauro, 2000.

MÉSZÁROS, Istvan. *A Montanha que Devemos Conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo, Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*, São Paulo, Boitempo, 2002, p.108.

MOFFITT, Michael. *O Dinheiro no Mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

PALLOIX, Crhistian, *As Firms Multinacionais e o Processo de Internacionalização*, Lisboa, Estampa, 1974.

PINTO, Eduardo C. & BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica, *Revista de Economia Política*, vol. 34, nº1 (134), janeiro-março/2014.

- POULANTZAS, Nicols. *Classes in Contemporary Capitalism*, London, NLB, 1976.
- POULANTZAS, Nicols. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- SAES, Décio. *A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas*. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 7, 1997, p.46-66.
- SAWAYA, Rubens. *Subordinação Consentida: capital multinacional no processo de acumulação do Brasil e América Latina*, São Paulo, Fapesp/Annablume, 2006.
- WILLIANS, Oliver. *The Economic Institutions of Capitalism*, New York The Free Press/Macmillan, 1985.
- WOOD, Ellen. “Imperialismo dos EUA; hegemonia econômica e poder militar.” *Crítica Marxista*, Revan, nº19, outubro de 2004.
- WOOD, Ellen. *O Império do Capital*, São Paulo, Boitempo, 2014.
- WOOD, Ellen. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico* São Paulo, Boitempo, 2003.